



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA SOCIEDADE CAPITALISTA: os rumos da energia renovável no RN

Clara de Assis Barbosa Bezerra¹
Thaysi Cruz da Costa²
Valtércio Moreira da Silva³
Renato Galdino Fernandes do Nascimento⁴
Magna Polyana Miranda de Araújo⁵

Resumo: Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise dos fatores que envolvem o significado de desenvolvimento sustentável no contexto de uma sociedade capitalista. Nossos argumentos se baseiam no paradoxo do desenvolvimento econômico em detrimento das condições sociais e ambientais que vem provocando conflitos de ideias ao longo dos anos e em nossa experiência junto a classe trabalhadora pelas ações em economia solidária. Insere-se nesse contexto, os investimentos em energias renováveis e os impactos sociais para as pequenas cidades do interior do estado do Rio Grande do Norte.

Palavras-Chave: Desenvolvimento sustentável; Energias Renováveis; Capitalismo; Impacto social.

Abstract: This paper aims to analyze those factors that involve the meaning of sustainable development in the context of a capitalist society. Our arguments are based on the paradox of economic development at the expense of social and environmental conditions, which has been causing conflicts of ideas over the years, and our experience with the working class by the actions in solidarity economy. The investments in renewable energy and the social impacts for small cities in the state of Rio Grande do Norte are inserted in this context.

Keywords: Sustainable Development, Renewable Energy, Capitalism, Social Impact.

¹ Estudante. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). claraabb@gmail.com

² Estudante. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). taysy1@hotmail.com

³ Estudante. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

⁴ Estudante. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

⁵ Estudante. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).



1. INTRODUÇÃO

Existe, no estágio de desenvolvimento atual do capitalismo, muitos significados para o que se vem discutindo desde o século passado sobre sustentabilidade. Ao perceber que a necessidade cada vez maior de explorar os recursos naturais está levando ao esgotamento desses recursos, a humanidade começa a pensar em formas sustentáveis de garantir o desenvolvimento.

As soluções encontradas em conferências mundiais como a Rio+20 realizada em 2012 são: a culpabilização do indivíduo, num discurso (neo)liberal de que se cada um fizer a sua parte salvaremos o planeta; ou pior, a culpabilização da pobreza – como aponta SILVA (2010) – que recebe boa parte da responsabilidade com a emissão de gases estufa.

A discussão sobre eficiência e segurança energética acarretou o avanço de tecnologias de geração de energias renováveis, tais como a energia solar, o biocombustível e a energia eólica. Isso não só por perceber que os recursos não renováveis tão utilizados hoje em dia se esgotarão, mas também, entendemos, em favor da criação de novos mercados: os de tecnologias renováveis.

A emergência de tais mercados, afirmamos, é também reflexo da crise capitalista na tentativa de expandir a acumulação e encontra grande espaço de disseminação nos países de capitalismo emergentes como o Brasil.

É nesse lugar que a discussão proposta aqui se encaixa: os novos investimentos em energias renováveis e os impactos sociais para as pequenas cidades do interior do Rio Grande do Norte, estado que tem propagandeado o aumento do seu potencial elétrico com a instalação de eólicas e o incentivo ao plantio de biocombustíveis, entre outros.

Foi o contato com comunidades e órgãos que estão próximo à luta dos trabalhadores em localidades afetadas por essa investida do capital que fez a INICIES (Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários da UFRN) se aproximar da temática, na tentativa de criar projetos de organização da classe trabalhadora que viabilizem geração de trabalho e renda na superação desse quadro.

Neste trabalho, não nos deteremos nas ações da Incubadora nem na sua perspectiva crítica embasada nos princípios da Economia Solidária. Cabe a nós aqui, elaborarmos um desvelamento do que tem sido o investimento do capital em energias renováveis no estado potiguar.



Faremos, assim, uma análise preliminar, tendo em vista o desenrolar das nossas ações. Como também levando em consideração que - apesar do que se tem falado sobre energias renováveis na busca da sustentabilidade - a instalação de eólicas e o plantio de oleaginosas no RN pode ser renovável, contudo é pouco sustentável. Isso porque, na medida em que encerrala as comunidades locais, não lhes traz contrapartidas efetivamente de desenvolvimento territorial socialmente sustentável, ou seja, tais investimentos tem contribuído tão somente para o desenvolvimento e acumulação das empresas do mercado de energias renováveis.

2. O AMPARO DO ESTADO NA EXPLORAÇÃO DO POTENCIAL RENOVÁVEL DO RIO GRANDE DO NORTE

É recente o investimento do Brasil em fontes alternativas de energia, e mais recente ainda a instalação dessas tecnologias no Rio Grande do Norte. Como assinala Sauer (et al, 2006, p. 15)

A necessidade de viabilizar o suprimento de energia através de fontes renováveis levou o governo federal brasileiro a lançar o Programa de Incentivo a Fontes Alternativas – PROINFA, regulamentado pelo Decreto nº 5.025, de 30 de março de 2004, que prevê a contratação de 1.453 MW em energia eólica para entrada em operação até dezembro de 2007.

Ainda segundo Silva B. (et al, 2002) num estudo sobre o potencial eólico do Nordeste, o Rio Grande do Norte foi o estado que registrou maior potência eólica. Segundo Sauer (et al, 2006) o projeto piloto – de responsabilidade da Petrobrás – no RN se deu em 2004 com a instalação de torres eólicas na cidade de Macau. Sobre o biocombustível, de acordo com Lima (2004) o RN é um dos estados do Nordeste que tem projetos pilotos para a implantação de unidades processadoras de biodiesel.

Com isso, o governo do estado do RN tem incentivado a instalação de eólicas e o plantio de oleaginosas, amparado pelo PROINFA que é de cunho federal. O incentivo consiste no abatimento de impostos, por exemplo, para a fixação de empresas estrangeiras e da própria agroindústria brasileira no territorial potiguar com o intuito de produzir energia limpa. O documento da Petrobrás sobre energias renováveis afirma: “é um mercado que se mantém em forte expansão.” (SAUER et al, 2006, p. 14)



Tudo isso faz parte de uma política internacional de incentivo ao dito desenvolvimento sustentável e à segurança energética. Basta ver que o maior programa do Estado sobre sustentabilidade, o RN sustentável, é financiado pelo Banco Mundial.

Assim, “o apelo preservacionista ganha força e assume a forma de um amplo pacto em torno do qual se mobilizam o Estado e a sociedade civil para construir alternativas à destruição da natureza.” (SILVA M., 2010, p. 28) Vale lembrar que a sociedade civil é vista nesse sentido como agente oriundo da responsabilidade social das grandes empresas capitalistas. Como nos diz essa autora, o apelo pela preservação do meio ambiente mobiliza o Estado na construção de políticas para iniciativas sustentáveis. É o que acontece, pois, no Brasil e no Rio Grande do Norte.

Tudo isso nos leva a várias perguntas: porque tanto investimento em energias renováveis? É a busca da sustentabilidade do planeta? Quais as implicações da instalação desses vetores de produção nas localidades onde se encontram os parques eólicos e o plantio de oleaginosas?

É a partir desses questionamentos que nossa discussão caminha para o desvelamento do que se convencionou chamar de desenvolvimento sustentável.

3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável entre outros fatores têm como objetivo principal a preservação do meio ambiente e seus recursos naturais em consonância com a qualidade de vida (PEREIRA). De acordo com a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987, p. 46), “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”. É nesse sentido que se configura o desafio de desenvolver sem degradar a natureza, tendo em vista que nos encontramos em uma sociedade capitalista que visa apenas o lucro. Impondo uma ideologia do consumismo exacerbado onde a vida também se torna mercadoria, além disso, esse sistema sobrevive da exploração predatória tanto humana quanto da natureza e das desigualdades sociais, em que para existir riqueza é necessário que haja pobreza, o que coloca em questão o real sentido de sustentabilidade dentro desse mercado. Pois, não podemos falar em qualidade de vida se não existe o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, social e ambiental.



Essa discursão é válida. Sobretudo num momento histórico em que parece se dissolver a bipolaridade dos tipos de sociedade capitalista e socialista. Por outro lado, há uma consciência crescente de que o modelo de sociedade industrial avançada do ocidente não poderá se manter a longo prazo com os padrões de produção e consumo baseados no esbanjamento de energia não renovável, na degradação ambiental, na marginalização social e política de importantes grupos sociais [...], na exploração da mão- de- obra e dos recursos naturais dos países de terceiro mundo e no crescente fosso entre o Norte e o Sul. (DIEGUES,1992)

A necessidade de produzir economicamente e se desenvolver de forma acelerada fez com que muitos países não enxergassem as consequências desastrosas no planeta. Explorando ao máximo os recursos naturais sem considerar que estes poderiam ser esgotáveis, pois o que estava em questão era o lucro como objetivo principal. O crescimento desenfreado das indústrias, a produção em grande escala, e o estilo de vida pautado no consumismo inconsequente foram uma das molas propulsoras que desencadearam os impactos negativos, não só no meio ambiente, como também na estrutura da própria sociedade.

Como afirma Oliveira (2012, p. 165) “o desenvolvimento [sustentável], colocado nessa perspectiva, parte de um falso pressuposto, tem caráter puramente ideológico e serve apenas para legitimar o modelo de desenvolvimento capitalista de viés neoliberal, que é, em si, insustentável.”

“De acordo com Lélé, deixa a desejar a maneira como os objetivos do desenvolvimento sustentável são conceitualizados e operacionalizados.” (BARONI, 1992, p. 20) A autora discute no artigo “Ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável” os vários conceitos do que se tem discutido sobre desenvolvimento sustentável, que diz ter início na década de 1980. Entre outras coisas, alerta que ainda não se tem definido o que seria desenvolvimento sustentável e que o conceito se confunde muito com sustentabilidade ecológica, o que, para ela, seria equivocado. Vale lembrar que essa confusão se inscreve em um ano no qual todos os olhares do mundo estavam voltados para a Rio 92, evento que discutiu o desenvolvimento sustentável em escala mundial.

Percebemos, então, que as indicações de Baroni coadunam com o que Oliveira (2012, p. 164) destaca sobre os vários significados da sustentabilidade, entrando na pauta política “a mesma palavra pode ser usada com diversos significados a depender do contexto e por quem está sendo proclamada. Assim acontece com as palavras desenvolvimento e sustentabilidade.”



Acreditamos que todo desenvolvimento, em qualquer sociabilidade, deve ser sustentável e solidário e só se faz isso no plano territorial, levando em consideração o valor das comunidades e atividades produtivas locais. Não é isso que tem acontecido. O que acontece é o desenvolvimento do capital em detrimento das tradições, do modo de vida e segurança locais.

É por isso que o desenvolvimento sustentável na economia solidária tem um outro sentido que não a acumulação capitalista. Tem nas pessoas e na divisão social da base material da produção dos grupos associativos seu alicerce. Assim, não entende o desenvolvimento sustentável desconectado da conjuntura territorial e da herança solidária que esse movimento, de base material justa, tem. Ou seja, o desenvolvimento sustentável na economia solidária se apresenta como:

Um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma. (OLIVEIRA, 2012, apud, SINGER, 2004)

4. A EFETIVIDADE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO INCENTIVO À PRODUÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS NO RN

Nas ações da Incubadora de Iniciativas em Empreendimentos Solidários (INICIES/UFMA), fomos chamados a nos juntar à população envolvida da instalação de produção de energias renováveis no enfrentamento de questões que essa novidade lhe trouxe. Destacamos duas localidades no Rio Grande do Norte impactadas por tais investimentos: municípios da região do Mato Grande, onde há a instalação de vários parques eólicos e municípios da região do Seridó, onde milhares de agricultores familiares estão perdendo suas terras para grandes proprietários que querem investir no plantio de oleaginosas.

O que percebemos é que, com o aval do Estado, esses interioranos potiguares estão sendo invadidos e desconectados de seus afazeres em nome da produção de energia limpa para a sustentabilidade do planeta. Os moradores se queixam que a prostituição e a criminalidade aumentaram quando da chegada de empresas estrangeiras para a construção das torres de eólicas. Percebem-se desempregados por falta de qualificação, quando ao



término da construção das torres. E mesmo arrendando suas terras e ganhando dinheiro por isso, não podem se aposentar.

A problemática do Seridó podemos elencar com mais gravidade no sentido de que, apoiados pela ASA Potiguar (Articulação do Semiárido), mais de 3 mil agricultores foram às ruas em protesto contra a desocupação de suas terras em favor de grandes latifundiários para o plantio de oleaginosas. Ou seja, na implementação desse desenvolvimento sustentável está ocorrendo um retrocesso ao desenvolvimento social, o que aumenta a vulnerabilidade de povos já inscritos nesse patamar, aumenta, portanto, a exploração do povo carente de educação e de participação na produção e conseqüentemente na distribuição da riqueza socialmente produzida.

Tudo isso coaduna com o que Silva M. (2010, p. 235) destaca,

As programáticas ambientais postas em ação a partir da lógica de reprodução do capital acabam por aprofundar a contradição entre sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social. Verifica-se, nesses casos, que maiores avanços na sustentabilidade ambiental se colocam lado a lado com os retrocessos na sustentabilidade social, a exemplo da contenda em torno dos agrocombustíveis e sua contribuição para a intensificação da crise de alimentos.

5. INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL COMO ESTRATÉGIA ATUAL DO CAPITALISMO

Ao analisar o real impacto desse investimento “sustentável”, nos encontramos na mesma linha de Silva M. (2010, p.31) quando do desvelamento que compõe a problemática da sustentabilidade, que vem “sendo tratada de forma dual: sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social aparecem como dimensões fragmentadas do real.”

E aí nos referimos também a uma mesma pergunta: “Em que medida as proposições do desenvolvimento sustentável, com ênfase na sustentabilidade ambiental, promove a sustentabilidade social?” (idem, p. 31)

Em nenhuma medida, afirmamos. Pelo contrário coloca em condições cada vez maiores de exploração o trabalhador simples do campo e do interior do estado. O põe em conflito direto com o grande capital que arranca os recursos naturais locais e que lhe dá em troca perigo, competição, individualismo. Sim, pois o trabalhador tem que procurar outro afazer que não na agricultura. Tem o trabalhador, agora, que procurar vias de



especialização para se empregar nas empresas de eólicas, que não garante emprego para todos.

Isso é desenvolvimento sustentável? Aos moldes do capitalismo, sim. Essa estratégia de investimento em energias renováveis é, pois, uma estratégia do capital e não leva a emancipação da classe trabalhadora. Pelo contrário, leva exploração e submissão cada vez maior da classe que vive do trabalho à classe que usurpou seus meios de produção para “otimizá-los”.

Além disso, em nome de uma segurança energética de “ordem planetária” e que interessa basicamente às grandes indústrias, as principais responsáveis pelos gastos energéticos do mundo, o estado do RN põe em risco a sua segurança alimentar que está na mão dos agricultores familiares locais.

Essa ideologia proclama a capacidade que tem a ordem social vigente de eliminar gradualmente todas as possibilidades de crise, encontrar uma solução técnica para todas as suas contradições, integrar as classes sociais rebeldes e evitar explosões políticas. (MANDEL, 1985 apud SILVA, p. 233)

Portanto, em meio à crise estrutural do capital que se desenrola desde os anos 1970, percebemos que a criação do mercado de energias renováveis intensificado no RN nos últimos anos é apenas uma nova forma de acumulação com a desculpa da sustentabilidade no escapamento à crise capitalista atual.

6. CONCLUSÃO

A discussão sobre energias renováveis é algo muito abrangente que não coube a nós elencarmos aqui. Entretanto, o que nos bastou foi entender a expansão de sua produção como estratégia de um desenvolvimento que visa ser sustentável. O que, porém, se torna incoerente dentro e a partir de formas capitalistas de produção.

Percebemos que nesses moldes, o dito desenvolvimento sustentável deixa de lado o desenvolvimento social, o principal pressuposto, acreditamos, para um desenvolvimento sustentável. Isso porque o planeta que esperamos sustentável ecologicamente não deve ser de poucos e sim de todos.



Para se pensar a sustentabilidade é necessário, portanto, se pensar não somente os impactos ambientais de uma empreitada como a expansão das energias renováveis. É preciso pensar a real necessidade das pessoas, pois são elas que constroem a sociedade.

Nisso, entendemos que as dimensões políticas, organizativas e desmistificação dos processos de trabalho com os quais trabalhadores de empreendimentos baseados nos princípios da economia solidária se encontram permitem a eles uma nova significação da vida em sociedade e, portanto, a discussão de temas como a sustentabilidade.

Isso porque a sustentabilidade precisa ser discutida sim. Não podemos apenas ficar na análise dos processos capitalistas que aumentam significativamente a dominação e exploração da classe trabalhadora. Na desmistificação do real é necessário propor mudanças na base estrutural da produção, e o que propomos é uma sustentabilidade construída sob os princípios da economia.

REFERÊNCIAS

BARONI, Margaret. Ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, 32(2): 14-24, abr/jun 1992.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nossa Futuro Comum**. 1987. Disponível em: <<<http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>>>. Acesso em: 13/04/2013.

DIEGUES, Antônio Carlos S. **Desenvolvimento Sustentável ou sociedades Sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas**. São Paulo, 1992.

LIMA, Paulo César Ribeiro. O Biodiesel e a inclusão social. In: **Consultoria Legislativa**, março de 2004. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1142/biodiesel_inclusao_lima.pdf?squence=1>. Acesso em: 05/04/2013.

OLIVEIRA, Rosângela Alves de. **Universidade e Economia Solidária, um diálogo necessário**. Natal, RN: EDUFRRN, 2012.

PEREIRA, Nayara Andrade. **Desenvolvimento Sustentável**. Revista Jurídica do UNIRAXA.

SAUER, Ildo Luís. Energias renováveis: ações e perspectivas na Petrobras. In: **Bahia Análise & Dados**. Salvador, v. 16, n. 1, p. 9-22, jun. 2006. Disponível em: <http://www.moretti.agrarias.ufpr.br/eletrificacao_rural/tc_02.pdf>. Acesso em: 05/04/2013.



SILVA Bernardo B. da, et al. Potencial eólico na direção predominante do vento no Nordeste brasileiro. In: **Revista brasileira de engenharia agrícola e Ambiental**. Vol.6 no.3, Campina Grande Sept./Dec. 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-43662002000300009>>. Acesso: 05/04/2013.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social**. São Paulo: Cortez, 2010.